

Jornalismo Estudantil e Políticas Culturais da Juventude: A experiência do Clube do Jornal

Alexandre Barbalho
Francisco das Chagas Alexandre Nunes de Sousa

Resumo: Este artigo discute as relações entre jornalismo estudantil e as políticas culturais da juventude a partir da experiência do projeto Clube do Jornal nas escolas de ensino médio da rede pública estadual de Maracanaú, cidade industrial situada na região metropolitana de Fortaleza. Após a introdução, onde se apresenta o conceito de política cultural, é promovida, na primeira parte, uma discussão do entendimento de juventude como minoria. Na segunda parte, são abordadas as pautas político-culturais e suas estratégias discursivas nas referidas produções jornalísticas entre 2004 e 2005.

Palavras-Chave: 1.Jornalismo 2.Política Cultural 3.Minoria

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende refletir sobre as relações entre jornalismo estudantil e as políticas culturais da juventude a partir da experiência do projeto Clube do Jornal (PCJ), coordenado pela ONG Comunicação e Cultura (CeC), nas escolas de ensino médio da rede pública estadual do Ceará¹. Para tecer as reflexões que faremos aqui, nosso recorte vai ser limitar às escolas do município de Maracanaú, importante pólo industrial pertencente à região metropolitana de Fortaleza.

Entendemos por política cultural, seguindo McGuigan (1996), as ações no campo da cultura que dizem respeito à luta de idéias e interesses institucionais e suas relações de poder na produção, circulação e recepção de significados simbólicos. Assim, compreendemos que os jornalistas estudantis atuam, para além dos campos comunicacional e educacional, como agentes culturais no interior das escolas. Esta percepção se apresenta profícua quando propomos visualizar a produção dos jornais estudantis a partir do laço constitutivo entre cultura e política. É neste sentido que Dagnino, Escobar e Alvarez tematizam os novos movimentos sociais, ao afirmarem que “quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural” (Dagnino; Escobar; Alvarez, 2000, p. 25). As contestações culturais não são

¹ Para uma discussão sobre o projeto Clube do Jornal e a ONG Comunicação e Cultura, ver Souza (2008).

um subproduto da luta política, mas sim construções derivadas do esforço dos movimentos sociais em redefinir o sentido do próprio sistema político - ao mesmo tempo em que questionam as hierarquias também disputam a construção de uma “nova cidadania”, “cidadania a partir de baixo” ou “cidadania ativa”.

É importante reafirmarmos que os caminhos da cidadania brasileira são tortuosos, híbridos e ambivalentes, que são várias as “cidadanias” vivenciadas, ressignificadas e reinventadas pelos sujeitos em suas interações sociais e estratégias cotidianas (Dagnino, 1994).

Pôr em xeque (ou pelo menos tentar desestabilizar) as percepções político-culturais estabelecidas parece ser a bandeira de frente dos movimentos sociais na contemporaneidade. Tais processos podem até interpelar as políticas culturais de Estado, mas não se reduzem a este tipo de ação, pois estas estariam mais ligadas às questões de suporte institucional (Yúdice; Moller, 2004). Portanto, as pautas políticas e culturais dos jornalistas, mais que tencionar a propositura de monitoramento da política de educação na escola, também publicizam seus anseios, suas bandeiras e suas disputa de valores na sociedade, como é possível perceber nas declarações da ex-coordenadora do jornal *Tanakara*:

Política é tudo o que acontece na vida de um indivíduo. Desde a briga dentro de casa com a mãe porque ela não lavou a sua meia até a questão do currículo da universidade, a questão com o governador, a questão do uso ou não das células-tronco. Tudo isso são questões políticas que envolvem discussões das várias esferas da sociedade. É se posicionar em relação ao mundo.²

Note-se que a percepção política da jovem diz respeito tanto às questões político-institucionais da gestão governamental, quanto às de dominação de gênero. Esta percepção ampliada de política é abordada de forma similar pelo ex-estudante do Liceu de Maracanaú, também atuante no jornalismo estudantil:

Existem outras formas de se fazer política. As passeatas, a organização de movimentos. A própria parada pela diversidade sexual, o grito dos excluídos. Eu acredito que sejam outras formas de se fazer política [...] Foi na (ONG) Comunicação e Cultura que eu fui despertando para essa idéia de fazer um mundo onde as pessoas possam viver de uma forma mais igual, possam ter direito à liberdade de expressão. Possam discutir, possam amar do jeito que querem amar. Eu acho que minha visão política é basicamente isso (...). Eu acredito que não rola mais fazer sozinho. Não rola mais de jeito nenhum. E se ainda está acontecendo fazer sozinho é por falta de entendimento das pessoas. Fazer sozinho é esquecer das opiniões dos outros, é não ouvir, é o gestor público dizer: ‘ Se eu fizer isso para a população vai ser melhor e ela vai estar satisfeita.’ É acabar não ouvindo. É

² Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

a falta de participação realmente. Mas eu acredito que essa outra política que está surgindo possa um dia melhorar a vida das pessoas. Pelo menos com relação a isso eu sou um pouco otimista.³

A criação desses novos espaços, tanto os institucionalizados quanto os descontínuos, é pauta evidente da ONG CeC. Ao se viabilizar teias de negociações (Estado, ONG, grupos nas escolas, moradores da comunidade) para o financiamento, planejamento e auto-gestão dos jornais, o que se possibilita em potencial são sociabilidades políticas, com novos formatos e virtualmente novos direitos. Direitos muitas vezes já estabelecidos formalmente, embora não efetivados na prática, a exemplo da liberdade de expressão na escola.

Ainda neste sentido, Dagnino, Escobar e Alvarez (2000) argumentam que arenas públicas não-governamentais ou extra-institucionais são essenciais para a consolidação dessa nova cidadania proposta pelos grupos e classes sociais subalternos. A participação nessas esferas depende tanto do poder de mobilização como de argumentação dos sujeitos envolvidos. Como nos informa a ex-participante do Jornal *Liberdade Jovem*: “se envolver com a política também não é só sair no meio da rua quebrando tudo, dizendo que o povo é ladrão. Não é só isso. É a gente ter clareza do que está sendo investido e procurar ir atrás dos nossos direitos”.⁴

A abertura deste diálogo público mediado pelo jornal também interage na reconfiguração das próprias percepções político-culturais dos jovens:

De início eu achava que cultura era só ler livros cultos, ler Machado de Assis, José de Alencar. Essas obras mais difíceis. Aquela coisa de ser muito falante, intelectual. A participação no jornal e no grêmio me fez ver que o que está ao nosso redor é cultural. A nossa forma de vestir, a forma de falar, todos os costumes, a música. Tudo o que a gente faz é parte da cultura.⁵

A compreensão do momento cultural da política e do teor político da cultura nos leva a perceber o Clube do Jornal na escola como uma ação de política cultural que interage em duas frentes: tencionando o monitoramento da política de educação na escola e disputando novas culturas políticas.

Vale salientar que em termos de movimentações da juventude e de suas políticas culturais, estas últimas se apresentam sem uma adesão unívoca às instituições que tradicionalmente as acolham, tais como partidos, igrejas, entidades assistenciais etc. Como nos alerta Nestor García Canclini (2005), a parcela da juventude engajada nas manifestações formais de política institucionalizada é ínfima em relação à sua totalidade (assim como a participação direta no

³ Entrevista concedida em 10 de março de 2008.

⁴ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008.

⁵ Idem.

cotidiano de produção do jornal é mínima em relação à totalidade de estudantes de uma escola). Isso não quer dizer necessariamente que haja uma desmobilização da juventude e de suas formas de organização. Os jovens na contemporaneidade estão mais dispostos a participar de causas que de organizações, ou seja, eles aderem às movimentações e não necessariamente a projetos institucionalizados.

JUVENTUDE COMO MINORIA

A UNESCO (2004) entende por juventude o período do ciclo da vida em que os indivíduos passam da infância à condição de adultos. Essa etapa é cercada de intensas mudanças biológicas, psicológicas e culturais que se relacionam, formatam-se e diferenciam-se de acordo com as sociedades e vivências das quais os jovens fazem parte. É este o público alvo do Clube do Jornal, formado, prioritariamente, por estudantes de ensino médio, ou seja, com idade mínima de 15 anos. Todavia, pretendemos utilizar a categoria de juventude de forma não restrita ao sentido biológico/cronológico. Para tanto, percebemos sua articulação com o conceito (e os movimentos) de minoria.

Barbalho (2006) fala da emergência, a partir dos movimentos sociais contemporâneos, de uma “nova política cultural da diferença”, que se orienta não por valores abstratos e que se pretendem universais, mas por valores específicos e contingentes, provisórios e processuais. Essa perspectiva seria fundamental para compreender os movimentos de juventude nas artes e nas mídias como expressões de tais políticas. Nos termos do autor:

Compreender os jovens como potenciais minorias é entender que o seu devir apresenta-se como uma linha de fuga, numa sociedade modelada pelos valores daquilo que se estabeleceu como “adulto”, “maduro”- em especial, se esse devir comunga com outros, como negro, o feminino, o homossexual, além de questões de classe. (Barbalho, 2006, p. 9-10)

Falar de movimentos de minorias é tratar daquele processo de luta pela conquista da visibilidade e do agendamento⁶ de pautas negligenciadas tanto pelo Estado, como pela sociedade civil. Suas diversas expressões são a tentativa de viabilização do debate público ao redor daquelas bandeiras políticas e culturais.

Esses movimentos enfrentam ou, pelo menos, tentam desestabilizar as percepções

⁶ Para Girardi Jr., boa parte das lutas políticas se dá pelo agendamento (ou não) de certos temas ou, ainda, pelo seu deslocamento de sentido ou importância. Aqui os poderes dos meios de comunicação não seriam propriamente “nos dizer o que pensar, mas em que pensar, isto é, na sua capacidade de dar visibilidade a um assunto e fixar uma agenda temática” (Girardi Júnior, 2007, p. 128). Nesta mesma direção, Rubim diz que o elemento central dos meios de comunicação diz respeito ao ato de tornar as coisas compartilhadas, comuns, públicas e afirma que “publicizar ou não, eis um dos momentos onde se instaura uma relação de poder: um dos poderes dos media para além das mensagens”. (Rubim, 1994, p. 68)

hegemônicas que tornam seus integrantes seres abjetos, não-válidos ou fetichizados. Ao propor uma política das diferenças, estes movimentos reivindicam políticas de cultura diferenciadas e tencionam as formas hegemônicas de condução das políticas de governo e da sociedade. Como nos lembra Barbalho:

De fato, a luta das minorias é exemplar desse embate entre igualdade e liberdade e da busca de um equilíbrio entre esses dois valores. De um lado, as minorias necessitam afirmar suas diferenças. [...] De outro, exigem que o direito de exercer sua singularidade não implique, na prática, desigualdades (sociais, políticas, econômicas e éticas). (Barbalho, 2005, p. 30)

Na tentativa dar forma a essas múltiplas e pulverizadas mobilizações contemporâneas, Muniz Sodré (2005) propõe a formulação do conceito de minoria.

Minoria seria aquela parcela da população que, para adentrar o espaço público, necessitaria romper com a condição de tutela e/ou descredenciamento historicamente promovidos tanto pelo Estado, como pela própria sociedade civil. Compreendemos, portanto, que esta percepção não se vincula imediatamente a questões quantitativas, de contingente populacional, sendo possível, então, pensar em públicos numerosos, como os negros e a própria juventude, como minorias político-culturais.

Ainda que não trabalhe com a categoria “minoria”, Vera Telles (1999), ao refletir sobre a formulação sociológica da categoria “pobre”, discorre sobre a construção histórica dessa figura como um ser destituído não só de bens materiais, mas também da palavra, do ato de nomear, da possibilidade de falar por si próprio.

Se levarmos em conta que no estado do Ceará, como de forma geral no Brasil, os indivíduos usuários da escola pública, em sua maioria, são “enquadrados” como “pobres”, veremos também que o jornal na escola funciona como um canal que dá vazão à fala dos “atores mudos” no espaço educacional. Assume, assim, a função de mediador dos processos dialógicos e de formulação de políticas culturais próprias.

Voltando à discussão de Sodré, importa destacar as quatro principais características que comporiam um grupo minoritário: a vulnerabilidade jurídico-social, a identidade in *statu nascendi*, a luta contra-hegemônica e as estratégias discursivas.

Com relação à vulnerabilidade jurídico-social, poder-se-ia argumentar que se tem avançado muito nos últimos anos para a garantia de direitos para o público jovem, em especial depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Contudo estas

conquistas são muito recentes e ainda estão se esboçando “na prática”.⁷

Em relação à questão específica do jornalista estudantil, este ainda não completou a maioria e é compreendido como alguém em situação de peculiar desenvolvimento, para utilizarmos os termos do ECA. Este argumento, não raras vezes, é apropriado e desvirtuado por algumas diretorias de escolas, que tentam cercear ou exercer de forma policalesca o controle sobre a publicação dos jovens.

Uma segunda característica que nos ajuda a interpretar a juventude como minoria é a de identidade *in statu nascendi*. Para o autor, as minorias estão num eterno recomeço e se reinventando. Ora, talvez esta tenha sido a característica mais explícita a ser apreendida quando se acompanha o cotidiano dos grupos nas escolas, nos quais o sentimento de pertença a grupos, a valores, é fluido e rotativo.

A identidade constantemente reinventada não significa, porém, o apagamento total da história daqueles grupos. No caso específico do Clube do Jornal, a memória coletiva gerada no decorrer dos 11 anos do projeto, com todos os seus “fatos heróicos” (edições queimadas, cobertura de grandes eventos, embates com diretorias), são apropriados e reinventados pelos novos jornalistas estudantis.

A construção de jornais estudantis está fortemente ligada à terceira característica que, segundo Sodré, compõe uma minoria: a luta contra-hegemônica. Percebemos que os jovens do PCJ em Maracanaú travam lutas tanto direcionadas de forma precisa, quanto difusamente orientadas. As primeiras dizem respeito àquelas denúncias que têm por características o questionamento direto do cotidiano escolar (banheiros da escola inutilizados, quadra esportiva inadequada, bebedouros sem higiene etc) ou ainda as lutas estudantis pela meia passagem metropolitana, por exemplo. As outras relacionam-se às questões dos grupos minoritários que surgem dentro da escola (e mesmo nos movimentos que se articulam com o jornal) e que tencionam a reflexão e a mudança de significação de certos temas como relações de gênero, orientação sexual, etnia, consumo de drogas na escola etc.

Sodré afirma que no processo de luta contra-hegemônica há a apropriação da mídia como um dos principais “terrenos” de luta, por meio de “estratégias discursivas”, que compõem a

⁷ É com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990) que se firmará uma concepção do público infanto-juvenil como sujeito de direitos. Nega, assim, o antigo termo, que os caracterizava como “menores” e os colocava em “situação irregular”. Esta nomeação discriminatória era, e ainda hoje é, imbuída de uma carga de significados cultural e historicamente construídos, segundo a qual os “menores” são percebidos, como situa Telles, como “apenas ‘pobres’, expressão que sugere mais do que uma simples descrição sociológica da realidade porque expressa uma indiferenciação que é a forma mais radical da destituição: os pobres são aqueles que não têm nome, não têm rosto, não têm identidade, não têm interioridade, não têm vontade e são desprovidos de razão (Telles, 1999, p. 119). Percebemos que a substituição da antiga legislação eleva seu público-alvo à situação de “cidadãos em situação peculiar de desenvolvimento”. Substitui-se o “Código de Menores”, para o qual crianças e adolescentes só eram alvos de políticas públicas quando estivessem nos limites: entre vítimas, nomeados “menores abandonados”, ou “agressores”, taxados como “delinquentes juvenis”.

quarta característica para se pensar uma minoria. As “estratégias discursivas” são uma série de “ações demonstrativas”, tais quais “passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet” (SODRÉ, 2005, p. 13), que são apropriadas pelos sujeitos minoritários.

Logo, pretendemos, com a noção de minoria, compreender a construção de espaços de visibilidade, participação e criação/efetivação/ampliação de direitos e políticas como conquistas cotidianas e inacabadas por parte da juventude e seus jornais estudantis. E, como tais, passíveis de refluxos, entendendo que a simples conquista de direitos não é pressuposto obrigatório de sua efetivação/continuidade.

AS PAUTAS POLÍTICO-CULTURAIS DAS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS ENTRE 2004 e 2005

Neste tópico analisaremos algumas “estratégias discursivas” adotadas por jovens produtores de jornal estudantil na cidade de Maracanaú em torno de pautas que apareceram nas edições de 2004 e 2005, como também nas falas dos informantes durante as entrevistas.

Os direitos culturais permearam de forma recorrente as edições dos jornais estudantis, em especial as questões referentes a gênero e sexualidade. É o caso do *Informativo GAMPH* onde há uma matéria que põe em pauta os “preconceitos e os tabus na família” a partir da realidade vivenciada pelos jovens:

Cozinhar é coisa de Mulher. Homem que é Homem não chora. Você concorda com essas expressões? Se a mãe manda seu filho ajudar sua irmã [a] arrumar a casa ele [diz]: eu mesmo não, isto é coisa de mulher. Ou a senhora quer que eu vire mulherzinha?[...] Quanto machismo!!! Essa é nossa realidade, na família, na sociedade existem muitos tabus e preconceitos, fazendo grandes diferenças entre homens e mulheres. Apesar do preconceito e das diferenças, nós mulheres nos superamos de cabeça erguida e conseguimos vencer, quebramos tabus. [...] É puro preconceito e machismo dizer que a mulher é menos capaz que o homem!!⁸

A declaração acima parece denotar um relativo “empoderamento” com respeito à temática da não submissão à dominação masculina e à forma pejorativa e rebaixada como se costuma referir à “mulherzinha”. Ela sinaliza as diversas vivências, sejam elas religiosas, escolares, de organização política ou midiáticas, que potencializam a formulação de um consenso provisório acerca dos significados sociais veiculados nos jornais. Não é exclusivamente nem a ONG, nem a igreja, nem a TV, nem o movimento social que incutem este sentido na subjetividade do redator estudantil, mas a disputa de significados entre todas estas mediações.

⁸ Escrito por Cristina Moura, publicado na 14ª edição do *Informativo GAMPH* em dezembro de 2004.

Em outro jornal, o *Tanakara*, percebemos a diferença no teor da abordagem quando é trabalhada por uma jovem engajada no movimento social e que caminha por outras searas que a estudante anterior não atingiu: a discussão dos direitos sexuais e reprodutivos e o direito ao corpo:

Sabemos que cientificamente o homem não é melhor que a mulher ou o contrário, também sabemos que a maior diferença entre os sexos são as oportunidades estabelecidas pela sociedade atualmente machista. [...] A mulher durante séculos esteve às margens da família, da religião e da sociedade (...) na religião elas as mulheres são submetidas a conceitos arcaicos, tal como casar virgem. O direito que querem nos dar é a obrigação de satisfazer apenas um homem durante a vida. De forma alguma queremos nos sobrepôr, pois deixamos bem claro, feminismo não é machismo. Queremos a igualdade já que todos somos iguais. Diferenciados apenas pelo fator biológico.⁹

Além dos jornais *GAMPH* e *Tanakara*, outro que vivenciava e refletia sobre as relações de gênero era o *Liberdade Jovem*. Como nos relata a ex-coordenadora daquele jornal:

Eu não tenho ideia de quantos anos passei sem estudar (...) Meu pai era muito machista, ele achava que mulher não era para estudar. [O contato com a ONG] me motivou mais a querer buscar e querer mostrar que é possível quando a gente quer chegar a algum lugar. [...] Então para provar para o meu pai eu tive que chorar muito. Teve dias que eu me sentava para conversar com ele e ele não me levava a sério. Eu dizia: “isso aqui é importante para mim. Eu não nasci para trabalhar em roçado, para plantar feijão. [...] Eu queria que o senhor me deixasse estudar porque eu sei que isso é o meu futuro.” E com o passar do tempo ele foi cedendo. [...] E nisso tudo o jornal e o grêmio contribuíram muito para que eu tivesse essa visão de mundo e se não fosse isso eu jamais estaria com esta mente mais aberta.¹⁰

Note-se que os jornais e as discussões realizadas na ONG Comunicação e Cultura promovem a emergência de um assunto privado (a questão feminina) na esfera pública (nas publicações, nos espaços da escola), que por sua vez retornam para a esfera privada (as casas dos jovens), promovendo mudanças substanciais em seu cotidiano. Como é mostrado na fala anterior, isso não ocorre como ruptura, mas é estabelecido pelo novo conjunto de mediações (aquisição de novos conhecimentos, discussão a partir de outros pontos de vista) que os jovens dispõem dentro e fora da organização não-governamental.

A diversidade cultural tencionada pelo jornal não deve ser vista como uma justaposição pluralista e harmônica de idéias e visões de mundo. Ao contrário, os jornalistas estudantis promovem um espaço dentro da escola onde o conflito é legítimo e público. Estão pois, em sintonia com a retomada que Bernard faz da raiz etimológica do conceito de diversidade,

⁹ Escrito por Erivânia Menezes, publicado na 21ª edição do Informativo GAMPH em maio de 2004.

¹⁰ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008.

diversus:

Seu significado [radical] é majoritariamente o de oposto, divergente, contraditório, diferente no sentido ativo, e não o que predomina atualmente, o de “variedade” e até mesmo, de “múltiplo”[...] torna-se importante reatualizar essa etimologia de um *diversus* que não é constatação, mas um movimento que advém da luta, mais do que uma espécie de constatação amável” (Bernard, 2005, p. 75).

Essas questões ganham proporções ainda maiores se levamos em conta que são vivenciadas cotidianamente entre jovens que frequentam a mesma escola. Tendo em vista esta situação peculiar, a ONG CeC trabalhava junto aos jovens a reflexão no jornal acerca do respeito às diferenças e às igualdades. Por sua vez, os jornais acabavam não só tematizando estes assuntos, mas, inclusive, publicizando atitudes discriminatórias ocorridas dentro ou fora da escola.

No jornal *Ctrl.Alt.Del*, o assunto foi abordado sob a manchete: “Talvez você faça sem saber!!!”, como relata a ex-participante do jornal:

Na escola não teve nenhum daqueles casos que são veiculados na TV, com assassinatos. Mas sempre acontece. Aquele preconceito, aquela implicância de certos alunos com outros. Até porque é inevitável a formação de grupos dentro da escola, porque são pessoas diferentes e que às vezes não compreendem isso, que as pessoas são diferentes. Acabava criando atritos. Mas eu acho que também faz parte do nosso desenvolvimento passar por esse tipo de coisa. Principalmente acontecia bastante com homossexuais na escola. Também teve uma época que começou a entrar gente pequenininha e teve a implicância com o pessoal do primeiro ano.¹¹

Muitos dos que sofrem discriminação são jovens que não correspondem aos padrões culturais e estéticos hegemônicos na cultura *teen*. Sensibilizado com essas expressões de violência na sua própria escola, o jornal *Ctrl.Alt.Del* apostou na publicização desses conflitos como estratégia, via discurso e ação, de mobilização e reflexão em torno da temática. É o que nos informa a mesma ex-participante:

No jornal a gente acabava por filtrar as informações que precisavam ser batidas nas teclas e a gente colocava em pauta para estar lembrando. [...] Era para estar informando, claro, mas também servia muito para lembrar as pessoas de certos assuntos. Eu acho que o jornal também acontecia neste sentido de estar pondo em pauta esses assuntos negligenciados.¹²

É, portanto, publicando os direitos culturais das minorias que o *Ctrl.Alt.Del* estreia

¹¹ Entrevista concedida em 02 de junho de 2008.

¹² Idem.

suas atividades no ano de 2005.

Mas nem tudo são flores na interação entre os diversos interesses que circundam os grupos na escola. Certas temáticas, por exemplo, eram negligenciadas, principalmente quando se tratava de assuntos mais ligados às amenidades, considerados até como “não-políticos” por alguns editores dos jornais estudantis de Maracanaú. Como explicita a ex-coordenadora do *Liberdade Jovem*:

A gente fazia alternativas como abrir caixinhas de sugestões para as pessoas darem idéias e participarem, mas quando a gente abria a caixinha não vinha nada de conteúdo mesmo. Nada bom para ser publicado. Vinha muita coisinha inútil. Vinha muita fofuquinha, e essas coisas não interessavam muito. Fofuquinha de algum artista, essas coisas. E o jornal não estava voltado para isso. A gente queria fazer um jornal crítico para que as pessoas tivessem a oportunidade de ter uma visão mais crítica dos acontecimentos atuais.¹³

Neste contexto não é de se estranhar certa antipatia dispensada pelos alunos daquela escola em relação ao jornal. É Peruzzo quem nos alerta sobre o distanciamento que o jornal alternativo pode ter em relação ao seu público quando repudia temas mais afeitos à mídia massiva. A autora argumenta que, na ânsia por pautas “engajadas”, atribui-se um valor reduzido ao entretenimento, ao humor, ao lúdico e ao lazer. Em suma, negligencia-se a dimensão da fantasia, do sonho e do divertimento que integram a dimensão humana:

Às vezes ela [a comunicação popular] até chega a levar em conta essas dimensões, mas não raro o faz de modo instrumentalizado: o horóscopo é adaptado para um discurso de caráter mobilizatório, por exemplo. Se os meios de comunicação comunitários quiserem alçar sucesso e se mostrar democráticos, terão que representar esta prática e trabalhar com os valores culturais onde se inserem. (Peruzzo, 1998, p. 132)

Tal situação de instrumentalização aparece algumas vezes no jornal *Liberdade Jovem*. Dentre as situações encontradas nas edições destacamos uma, na qual, por ocasião do “dia dos namorados”, o jornal produziu (surdo às demandas pela publicação de “recadinhos do coração”) uma matéria de ¼ de página sobre a “verdadeira-origem-comercial” daquela data.

Há no *Liberdade Jovem* uma opção por veicular nos textos escritos aqueles assuntos que a entrevistada assimila como “críticos”, enquanto que o humor e o supostamente “despretensioso” são veiculados quase totalmente em charges e quadrinhos.

Se o *Liberdade Jovem* é um jornal que pouco se permitia veicular assuntos ditos

¹³ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008.

mais amenos, o *Informativo GAMPH* já se apresenta mais aberto a atender estas demandas e, por conseguinte, estabelecer um diálogo maior com seu público leitor:

Nós abrimos em algumas edições um espaço para deixar recadinhos, para ver se o jornal seria mais aceito. Já que as pessoas não tinham esse hábito de querer um jornal só voltado para a questão político-social então abrimos um cantinho no jornal para que as pessoas colocassem recadinhos, uma poesia. A gente trazia uma questão atual, questões sobre política e ele [o jornalista estudantil] interpretava da forma dele e fazia a matéria. Era assim que a gente se organizava [...] o nosso objetivo não era se preocupar se [...] a direção da escola iria gostar. O nosso objetivo era saber se ele era aceito pelos estudantes e não a direção da escola.¹⁴

Essa fixação dos públicos pelas temáticas amorosas e, não raro, até melodramáticas, não é uma exclusividade dos estudantes de Maracanaú. Jesús Martin-Barbero (2008) mostra como uma das principais características da formação das sociedades latino-americanas reside exatamente nesse melodrama.

Para o autor, o sucesso das telenovelas, seriados e outros produtos da grande mídia está na capacidade destas empresas de retirarem do massivo esses elementos de sua própria cultura e jogá-los de volta para o público em forma de produtos televisivos. Seria o movimento no qual o “popular que nos interpela pelo massivo”. Ou seja, é na dinâmica do processo de reconhecer-se do público no produto (aqui especificamente no jornal) que ocorre a interpelação:

Re-conhecer significa *interpel*ar uma questão acerca dos sujeitos, e de seu modo específico de se constituir. [...] Todos se fazem e refazem na trama simbólica das interpelações, dos reconhecimentos. Todo sujeito esta sujeito a outro e ao mesmo tempo é sujeitado por ele [...] [assim] começamos a suspeitar de que o que faz a força de uma indústria cultural e o que dá sentido a essas narrativas [melodramáticas] não se encontra apenas na ideologia, mas na cultura, na dinâmica profunda da memória e do imaginário. (Martin-Barbero, 2008, p. 304- 307)

Logo, quando o jornal simplesmente nega a publicização desta dimensão da cultura entre os jovens, ele não só está negligenciando uma pauta amplamente reivindicada, como também se distancia da proposta, anunciada pelos editores, na qual o jornal deveria ter “a cara” os estudantes de Maracanaú.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos acompanhar, mesmo que brevemente, algumas das questões que mobilizavam os jovens jornalistas estudantis em suas teias de relações construídas durante a feitura

¹⁴ Entrevista concedida em 20 de junho de 2008.

dos jornais *Tanakara*, *Liberdade Jovem*, *Informativo GAMPH* e *Ctrl. Alt. Del.* Interessava não a análise dos meios em si, mas as mediações de tais processos e suas políticas culturais.

O que percebemos, portanto, é que o jornal resulta do conjunto de tensões, mediações e disputas que o cercam. Logo, a teia de relações empreendida pelo e no jornalismo estudantil não se resume às atividades coordenadas pela ONG Comunicação e Cultura, nem às possíveis interferências dos educadores na escola. Dessa forma, os jovens jornalistas e suas estratégias discursivas tencionam tanto o Estado e suas políticas públicas, quanto as relações sociais nos quais estão inseridos fora do mundo escolar.

No movimento de libertação da fala, no direito à opinião e, conseqüentemente, na construção de espaços públicos na escola, os jornais estudantis significam uma conquista fundamental para a juventude das classes populares. Colocados em situação de invisibilidade social, ou estigmatizados pela cobertura policial dos grandes meios, os jovens jornalistas da rede pública de ensino de Maracanaú exercitam a possibilidade de lidar com os conflitos sem o uso da força, ao estabelecer uma relação dialógica na qual discursos e ações plurais podem vir à tona numa disputa real e simbólica.

Neste sentido, o projeto Clube do Jornal aparece como um elemento democratizador em potencial na escola (e em momentos estratégicos, fora dela), uma vez que auxilia a fruição dos diferentes diálogos e a publicização de realidades negligenciadas. Certamente, a efetivação desses discursos e ações não é fácil, pois não só o Estado brasileiro, mas a nossa heterogênea sociedade civil possuem fortes traços autoritários. O que só reforça a compreensão desse “espaço alternativo” de participação na escola (e fora dela) como meio fundamental para a conquista e a efetivação de uma cidadania inacabada, cujo sentido final está sempre sendo adiado. Como afirmou o ex-coordenador de *O verbo*:

Naquela época era o ápice. Tinha oficina todo dia. E tinha vale transporte e tinha alegria [...] E tinha a [assessora pedagógica] entrando pela sala para dar oficina com os pés descalços e tinha a [outra assessora pedagógica] gesticulando demais nas oficinas. Para a gente, pequeno, com onze anos, treze anos era muito massa, era tudo muito novo.¹⁵

¹⁵ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In _____ (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- BARBALHO, A. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In BARBALHO, A.; PAIVA, R. (orgs.) *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. No ar da diferença: mídia, cultura e juventude. In *Comunicação e informação*. V. 9, n. 1, Goiânia: FACOMB, 2006.
- BERNARD, F. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In BRANT, L. (Org.) *Diversidade cultural, globalização e culturas locais*. São Paulo: Escritores Editora/ Instituto Pensante, 2005.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a construção de uma nova noção de cidadania. In: _____ (org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- GARCIA CANCLINI, N. *Diferentes desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- GIRARDI JÚNIOR, L. *Pierre Bourdieu: questões de sociologia e comunicação*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MCGUIGAN, Jim. *Culture and the public sphere*. London and New York: Routledge, 1996.
- PERUZZO, C. *Comunicação nos movimentos populares: a participação e a construção da cidadania*. Petrópolis: vozes, 1998.
- RUBIM, A. Dos poderes dos *media*: comunicação, sociedade e política. In FAUSTO NETO, A. (org). *Comunicação, cultura & poder*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In BARBALHO, A.; PAIVA, R. (orgs) *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.
- SOUZA, F. C. A. N. de. *Políticas culturais e juventude: Tensões e mediações construindo o jornalismo estudantil*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, 2008.
- TELLES, V. Política e espaço público na construção do “Mundo Comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In _____ (org.). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- UNESCO. *Políticas públicas de/para/com Juventude*. Brasília: UNESCO, 2004.
- YÚDICE, G; MILLER, T. *Política cultural*. Barcelona: GEDISA, 2004.

Abstract: This article discusses the relationship between journalism made by students and the cultural policies of youth from the experience of the project “Clube do Jornal” in high school from the Maracanaú, industrial city situated in the metropolitan area of Fortaleza. After the introduction, which shows the concept of cultural politics, is made in the first part, a discussion of the understanding of youth as minority. The second part deals with the political and cultural agendas and discursive strategies regarding these journalistic productions between 2004-2005.

Key-words: 1. Journalism; 2. Cultural Politics; 3. Minority

Resumen: Este artículo discute sobre las relaciones entre periodismo de los estudiantes y las políticas culturales de la juventud a partir de la experiencia del proyecto “Clube do Jornal” en las escuelas de enseñanza de la red pública de Maracanaú, ciudad industrial situada en la región metropolitana de Fortaleza. Después de la introducción, donde se presenta el concepto de política cultural, es hecha, en la primera parte, una discusión de la comprensión de juventud como minoría. En la segunda parte, son abordadas las pautas político-culturales y sus estrategias discursivas en las referidas producciones periodísticas entre 2004-2005.

Palabras-llave: 1. Periodismo; 2. Política Cultural 3. Minoría

Submetido: 01/09/2009.

Aceito: 01/10/2009.

ALEXANDRE BARBALHO é doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e professor do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

FRANCISCO DAS CHAGAS ALEXANDRE NUNES DE SOUSA é mestre em Políticas Públicas e Sociedade e professor do curso de Serviço Social da Fundação Leão Sampaio/CE.